

DF - CORRUPÇÃO POLÍTICA

OPERAÇÃO AQUARELA

Empresário suspeito de desvio de recursos reclama na Justiça supostos direitos trabalhistas violados por entidade representativa de bancos, que rechaçou reivindicações do ex-secretário-geral

Acusado processa associação

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O empresário Juarez Lopes Cançado, acusado pelo Ministério Público do Distrito Federal de ser um dos beneficiários de desvios de recursos do Banco

de Brasília (BRB), entrou com uma ação contra a Associação Nacional dos Bancos (Asbace) para reclamar por supostos direitos trabalhistas violados. Até ser preso durante a Operação Aquarela — em junho deste ano —, Juarez Cançado era o secretário-geral da Asbace, que

também é citada na denúncia aceita pela Justiça. Segundo o processo, durante um período a associação atuou como intermediária em irregularidades praticadas pela ex-administração do BRB.

Poucos dias depois de ser preso em flagrante pela Polícia Civil

do Distrito Federal, Cançado pediu o afastamento da secretaria-geral da Asbace. A Assembleia Geral da instituição aceitou o pleito e desde então nomeou um substituto para o cargo. A partir desse momento, o salário de Juarez Cançado parou de ser depositado. Esse é um dos

motivos que o levou a procurar a Justiça. Hoje, às 15h30, ele tem audiência agendada com um juiz da 12ª Vara Trabalhista para reclamar a suspensão dos vencimentos.

O representante legal da Asbace na ação, o secretário de gabinete Antônio Corradi, diz

que, no processo, Juarez reclama não só os salários atrasados, mas horas extras, participação nos lucros e resultados, além de danos morais. “É um valor exorbitante e descabido, já que foi ele mesmo quem de próprio punho pediu o afastamento”, considera Corradi.

Mentores de fraudes

Juarez Lopez Cançado estava entre os 19 presos pela Operação Aquarela do Ministério Público e da Polícia Civil, deflagrada em 14 de junho deste ano. Além de ocupar na época o cargo de secretário-geral da

Asbace, ele também é sócio da empresa de tecnologia ATP/SA. Segundo a denúncia elaborada pelo Núcleo de Combate ao Crime Organizado do MP e aceita pela Justiça, Cançado foi um dos mentores de uma triangulação ajustada entre o BRB, a Asbace e a ATP que apenas em contrato pode ter lesado o banco em R\$ 6 milhões.

Os promotores de Justiça descobriram um esquema

montado por antigos administradores do BRB para burlar dispensa ilegal de licitação. Ex-diretores do banco aprovaram a contratação direta da Asbace, sob a justificativa de que a mesma tinha características de fundação, portanto, sem fins lucrativos. A associação, por sua vez, subcontratou a empresa de Cançado, também sem licitação para prestar serviços de tecnologia bancária.

O Ministério Público calcula que juntos os acusados tenham desviado um montante de R\$ 50 milhões em sete anos de operação. Praticamente todos os desvios apurados na Operação Aquarela que devem gerar outras denúncias tem como base a fórmula de corrupção desvendada na primeira ação sobre o caso oferecida à Justiça envolvendo o BRB, a Asbace e a ATP/SA. (LT)